



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 12.803/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

Comissão de Pregão III

**DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2024**

Processo Licitatório nº: 24.916/2023

Processo Recurso nº: 12.803/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.011/2024

**OBJETO:**

Trata-se de **RECURSO** interposto pela empresa **DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA**, inscrita no CNPJ: 28.922.328/0001-84, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 12.803/2024.

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 12.803/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

Comissão de Pregão III

colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## **II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

Em síntese, a recorrente alega que foi declarada inabilitada pela Pregoeira sob a alegação que não possui em seu objeto social e inscrição de atividade econômica (CNAE) a atividade de distribuição ou venda para atacado, bem como que a autorização apresentada pela recorrente é regulada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 275/2019, que não compreende a atividade de distribuição, que é regulada pela RDC ANVISA nº 16/20214 e, ainda, que a recorrente foi desclassificada pelo mesmo motivo no Pregão Eletrônico nº 165/2023, sendo uma prática frequente a sua participação em município mesmo se as devidas autorizações, recomendando a aplicação de sanção administrativa

## **III. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- a) Requer a recorrente pelo recebimento do presente recurso para que seja processado e julgado procedente;
- b) Que seja dado provimento ao Recurso Administrativo para:
  - b.1) Anular toda a fase de lances e retroagir o certame” ...
  - b.2) Reconhecer todas as condições de participação da recorrente na venda, distribuição e dispensação de medicamentos” ...
  - b.3) Reconhecer e declarar a NULIDADE e INACEITABILIDADE da desclassificação/inabilitação da Recorrente” ...



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 12.803/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

Comissão de Pregão III

b.4) Abster-se de punir a recorrente, eis que não há qualquer impedimento ou irregularidade

#### **IV. DA ANÁLISE JURÍDICA**

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão (fls. 22/30).

#### **V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO**

Considerando a inabilitação da referida empresa, uma vez que, em seu objeto social e inscrição de atividade econômica (CNAE) não consta a atividade de distribuição ou venda para atacado, bem como que a autorização apresentada pela recorrente é regulada pela Resolução Colegiada – RDC 275/2019, que não compreende a atividade de distribuição, que é regulada pela RDC ANVISA nº 16/2024.

Assim, as atividades de dispensação e distribuição não se confundem, uma vez que a dispensação de medicamentos envolve a entrega do medicamento para o paciente e a distribuição se refere ao abastecimento contínuo de medicamentos aos serviços de saúde.

Quanto à venda por parte da empresa para outra pessoa jurídica, de fato caracteriza distribuição, visto que a venda não é destinada ao consumidor final.

Desta forma, conforme observa-se nos documentos apresentados, empresa possui descrição da atividade econômica de comerciante varejista – 4774701, ou seja, a empresa não possui em seu objeto social e inscrição de atividade econômica CNAE a atividade de distribuição ou venda para atacado.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 12.803/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

### Comissão de Pregão III

A concessão da Autorização de Funcionamento (AFE) de farmácia/drogaria que a empresa apresentou é regulada pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 275/2019, que não compreende a atividade de distribuição. A concessão da AFE para atividade de distribuição é regulada por outra RDC, a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA nº 16/2014.

De acordo com a RDC 16, o comércio varejista “compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico”, ao passo que o distribuidor ou comércio atacadista comercializa produtos para saúde (e outro) “entre pessoas jurídicas ou “a profissionais para o exercício de suas atividades”.

Em documento apresentado pela recorrente às fls. 1106 do processo licitatório, constatou-se apenas a AFE para “farmácias e drogarias”, não tendo sido anexada a autorização para distribuidora, na forma do que preconiza o § 4º do art. 41 da RDC nº 222/206, incluindo pela RDC nº 17/2012. Não havendo discricionariedade na exigência de concessão de autorização de funcionamento regulamentada pela ANVISA, sendo cumprimento obrigatório para o funcionamento das empresas.

## V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto e subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 12.803/2024

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

Comissão de Pregão III

90.011/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação das empresas XMED SAUDE PRODUTOS MEDIC e METTA FARMACEUTICA LTDA, no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, nº 90.011/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 10 de junho de 2024.

**FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES**  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matricula: 468.036